



PF quer investigar se governo exigiu dinheiro de Dantas

A Polícia Federal quer investigar agora nova acusação que brotou nesta quarta-feira (10/5) do depoimento que o ex-secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, prestou à CPI dos Bingos. O líder do PSDB, o senador amazonense Artur Virgílio, levou à CPI missiva que teria sido remetida à Justiça de Nova York por um dos advogados do grupo Opportunity, Philip Korologos.

O documento exibido na CPI por Virgílio afirma que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ex-ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, teriam tido atitudes persecutórias contra Daniel Dantas porque ele se negou a doar US\$ 10 milhões, entre os anos de 2002 e 2003, para o governo petista. Segundo a carta, a doação serviria para que “tirassem de sua bota” líderes governistas que agiriam como teleguiados para destruir o Opportunity e os fundos CVC, então nas mãos de Dantas.

Daniel Dantas, banqueiro do Opportunity que estava à frente da Brasil Telecom no início do governo petista, foi acusado de ter contratado a maior empresa privada do mundo em investigações, a Kroll Associates, para espionar o PT. A investigação visaria sobretudo o ministro Luiz Gushiken nas pendengas que envolviam o Opportunity e a Previ — o fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil.

A missiva do advogado Philip Korologos teria sido remetida ao juiz Lewis Kaplan, da Corte de Nova York. Uma decisão de Kaplan impede Dantas e quaisquer outros executivos a ele ligados de empregarem os poderes para retomar a gestão da operadora de telefonia, independentemente de entendimentos diferentes que possam ter sido obtidos no Judiciário brasileiro.

Assim, a Justiça americana não aceitou a interpretação de que o grupo Opportunity reassumiu o comando da Brasil Telecom. Na primeira quinzena de abril passado, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro derrubou a liminar que suspendia os direitos do Opportunity sobre a BrT. A decisão do TJ fluminense — que abre o caminho para que o Opportunity volte ao comando da BrT — foi confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Date Created

10/05/2006